

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.574.084 - PR  
(2019/0262792-0)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**EMBARGANTE : EDITE ILKIU LEOBET**  
**EMBARGANTE : NERI LEOBET**  
**ADVOGADOS : JIANCARLO LEOBET - MT010718**  
**ALCIR FERNANDO CESA - MT017596**  
**DARI LEOBET JUNIOR - MT021919**  
**WESLEY DE ALMEIDA PEREIRA - MT023350**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ERRO DE FATO. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por **EDITE ILKIU LEOBET** e **NERI LEOBET**, contra decisão da minha lavra (fls. 952-959), pela qual não conheci do agravo em recurso especial, assim ementada:

*"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO"*

Nas razões deste recurso, a defesa sustenta que *"a decisão merece ser reformada, eis que o Recurso especial interposto preenche todos os requisitos de admissibilidade, devendo, portanto, ser recebido para ao final ser acolhida a argumentação nele esposada, haja vista que há direta e específica violação de Lei Federal, inexistindo entendimento firmado por este e. STJ acerca do tema"* (fl. 966).

Afirma que *"não é aplicável ao caso a Súmula 83 deste e. Corte de Justiça, como afirmado pelo voto monocrático, uma vez que o embargante fundamenta sua pretensão na violação de lei federal em caso que não possui entendimento firmado neste e. STJ, devendo, portanto, ser reformada a r. decisão, admitindo o recurso especial"* (fl. 967).

Alega que a decisão embargada possui erro de fato, ao argumento de que *"a decisão toma como inexistente algo que ocorreu ou existente o que não ocorreu, acarretando repercussão negativa no processo"* (fl. 967), o que é o caso dos autos, em que foi indevidamente aplicado o óbice da Súmula 83/STJ, não obstante a inexistência de entendimento pacífico no âmbito deste Tribunal quanto ao tema objeto do apelo raro asseverando, ainda, que *"há erro de fato na r. decisão proferida no que tange especificamente à desconsideração de que os embargantes, em seu agravo em recurso especial, atacaram diretamente os fundamentos da decisão de inadmissão do RESP proferida pelo e. TJPR, ao passo que argumentaram expressamente sobre a inaplicabilidade da Súmula 83 ao caso"* (fl. 968).

Repisa os fundamentos do apelo nobre não admitido, quanto à irretroatividade de Súmula Vinculante **in pejus**, devendo ser observado o entendimento então dominante, quanto à ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal, haja vista o transcurso de tempo superior ao necessário entre os fatos e o recebimento da denúncia.

Por fim, pugna pelo acolhimento dos embargos, com efeitos infringentes, a fim de que o recurso especial seja admitido e provido, com escopo no reconhecimento da extinção da punibilidade pelo advento da prescrição.

É o relatório.

**Decido.**

Inicialmente, cumpre salientar que são cabíveis embargos declaratórios quando houver na decisão embargada qualquer contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada. Podem também ser admitidos para a correção de eventual erro material, consoante entendimento preconizado pela doutrina e

jurisprudência, sendo possível, **excepcionalmente**, a alteração ou modificação do **decisum** embargado.

**In casu**, destaca-se, que embora opostos embargos declaratórios, evidencia-se o caráter infringente da pretensão recursal, pois o pleito é de reconsideração, aspecto próprio do agravo, previsto no art. 258 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Além do mais, nas razões dos aclaratórios, o embargante afirma a existência de efetiva impugnação ao óbice da Súmula 83/STJ, que não foi conhecida na decisão monocrática.

Contudo, impende ressaltar que o agravo em recurso especial não foi conhecido, porquanto o ora embargante **não comprovou, por meio da indicação de precedentes desta Corte Superior, a desarmonia do julgado ou da ausência de entendimento pacificado sobre a matéria**, por exemplo, evidenciando, assim, a inaplicabilidade do embaraço indicado pelo Tribunal **a quo**.

Ademais, pontuou-se que *"a jurisprudência desta Corte Superior, que admite a aplicação da Súmula Vinculante nº 24 a fatos anteriores à sua edição, porquanto não se confunde com lei penal mais gravosa, em que pese os judiciosos e relevantes argumentos postos pela combativa defesa"* (fls. 954-955).

Desse modo, em que pese a alegação do embargante de que a decisão embargada conteria erro de fato o que pretende a parte, porém, é o reexame da matéria já julgada, situação que não se coaduna com a estreita via dos aclaratórios.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria posta a apreciação desta Corte foi julgada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição ou omissão).

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração**.

P. e I.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Leopoldo de Arruda Raposo  
(Desembargador Convocado do TJ/PE)

Relator